

MESA-REDONDA 4

MATA ATLÂNTICA: DA INTOCABILIDADE À EXTINÇÃO

Mediador: Tânia Munhoz

Debatedores: Hermógenes de Freitas Leitão Filho
Roberto Klabin
Heládio Del Rosal
Gustavo A. Bouchardet da Fonseca
Clóvis Ricardo Schrappe Borges

Criação de uma Reserva da Biosfera com Prioridades Ambientais e Sociais

Tida por muitos especialistas como o ecossistema mais comprometido do país, a Mata Atlântica conserva apenas uns 4% de sua cobertura original. A formulação de estratégias de conservação é dificultada pela inexistência de um conhecimento mais aprofundado da dinâmica regionalizada do processo de degradação. Falta um trabalho mais rigoroso de mapeamento e de reconhecimento do que deve ser preservado. E, dentre as várias propostas em discussão, talvez a principal seja a de criação de uma grande reserva da biosfera na Mata Atlântica, com prioridades não apenas ambientais, mas também sociais. Estas foram algumas das conclusões da mesa-redonda "Mata Atlântica: Da Intocabilidade à Extinção".

"Na verdade, não temos quase conhecimento da diversidade dos organismos e, inclusive, da distribuição de plantas e animais ao longo do domínio atlântico", confessou o professor da UNICAMP, Hermógenes de Freitas Leitão Filho, lamentando que, em termos de estudos biológicos de uma forma geral, a floresta atlântica tenha sido "profundamente esquecida" até 1980, quando uma pressão vinda principalmente de órgãos de divulgação do Brasil e do Exterior colocou-a em evidência. "Hoje, nós temos uma quantidade razoável de projetos em andamento, principalmente nas áreas básicas de botânica, zoologia e ecologia. Mas, ainda assim, os resultados são muito escassos".

Leitão Filho lembra que toda a floresta atlântica que se estendia primitivamente do Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul era uma formação razoavelmente contínua em termos fisionômicos. Atualmente, há uma grande descontinuidade fisionômica, já que grande parte da floresta foi perdida, principalmente no Nordeste. Assim, quando a Fundação SOS Mata Atlântica recentemente fez um levantamento de mais de 70 pontos que necessitavam de urgente preservação ao longo do domínio atlântico, verificou-se que em todas essas áreas não existe o menor estudo básico, inclusive fisionômico. "Agora que está havendo toda uma discussão, muitas vezes apaixonada, sobre o assunto, temos o compromisso de cuidar com urgência dessa parte

técnica", ressaltou. "Se perdermos esta oportunidade, logo a floresta estará definitivamente extinta".

O conselheiro da Fundação Biodiversitas, Gustavo A. Bouchardet da Fonseca, citou o caso da Zona da Mata de Minas Gerais, onde, a partir de 1930, houve "uma queda brutal" na cobertura florestal. Como os processos de degradação são recentes, é importante para os pesquisadores compreender sua dinâmica regionalizada, porque isto vai dar pistas para desenvolver estratégias de conservação. "Tão significativo quanto o mapeamento dos remanescentes da Mata Atlântica é tentar recuperar o processo histórico, entender como esse processo de fragmentação se formou".

Isto, inclusive, ajudaria a aprofundar a questão de que, pelo que se conhece, apesar do processo de fragmentação e isolamento da Mata Atlântica ter sido drástico, até agora ele não produziu extinções de grande porte. Assim, diz Fonseca, segundo um grupo de especialistas apontou na última reunião da Sociedade Brasileira de Zoologia, há sete espécies provavelmente extintas no Brasil, sendo seis na área de Mata Atlântica. O processo histórico, entretanto, é recente e ainda não transcorreu tempo suficiente para as espécies realmente entrarem num stress crítico e se extinguírem. Além disso, assinala Fonseca, qualquer modelagem em termos de fauna, seja em questões genéticas ou demográficas, indica que grande parte das espécies remanescentes

tem, probabilisticamente, uma vida curta. Finalmente, acrescentou Clóvis Ricardo Schrappe Borges, presidente da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem, o referencial são os grupos mais conhecidos, deixando de lado, por exemplo, grande parte das espécies de insetos que, não tendo sido descritas pela ciência, “obviamente desapareceram sem que a gente tenha sequer classificado, o que vale dizer, sem que essa extinção tenha sido contabilizada”.

RESERVA DA BIOSFERA

Entre as várias estratégias de zoneamento, uso da terra e conservação da Mata Atlântica cogitadas atualmente, a principal proposta em andamento é, muito provavelmente, a criação da Reserva da Biosfera, indicou Fonseca. “Isso seria uma solução apropriada para a região, pois tornaria possível estabelecer diferentes áreas: para atividades humanas; de conservação sem interferência humana; de recuperação; e zonas-tampão”.

Essas unidades de conservação têm de ser protegidas, mas devem ser inseridas dentro do contexto das comunidades que as habitam, esclareceu Fonseca, explicando que isso significa que, necessariamente, as áreas de proteção precisam suportar atividades humanas. É justamente a falta dessa adequação a causa de as atuais unidades de conservação estarem em estado precário. “As áreas estão cada vez mais sitiadas por pobreza e problemas sociais, o que dificulta as ações”, observou.

Tânia Munhoz, mediadora da mesa-redonda e presidente do Conselho do Programa “Man and Biosphere (MAB) International”, acrescentou que a reserva da biosfera não é, necessária e exclusivamente, uma área de proteção e preservação. “No âmbito de sua globalidade, é verdade, deveter uma área de preservação, inclusive para que se desenvolvam estudos e pesquisas; mas deve ter outras áreas, que são chamadas ‘zonas-tampão’, nas quais conviva com a presença de populações, numa relação entre o social e o ambiental”, frisou.

Para Tânia Munhoz, não será possível preservar áreas imensas do país, inclusive no caso específico da Mata Atlântica, se não houver um trabalho junto à população. “Somente através de programas concretos de relação das populações com as áreas que habitam é que será possível viabilizar as reservas da biosfera”.

A EXPERIÊNCIA DO PARANÁ

O Paraná tem um litoral pequeno, com aproximadamente 300 quilômetros de costa, levando-se em conta as circunvoluções. Nessa extensão, contudo, encontra-se um segmento importante da Mata Atlântica, que tem suscitado, nos últimos 15 anos, a implantação de parques, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental. Segundo Eládio Del Rosal, coordenador da Defesa da Flora e da Fauna do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná, o governo do estado tem a meta de

viabilizar outro tipo de desenvolvimento para a região. “Recentemente, por exemplo, foi criado um mecanismo para compensar os municípios que não têm podido realizar empreendimentos de desenvolvimento porque estão inseridos em áreas de preservação de interesse de toda a sociedade paranaense”. Com isso, há uma procura muito grande de cidades interessadas em criar reservas ambientais, revelou.

A superfície dos municípios inseridos na área da Mata Atlântica paranaense é de aproximadamente 600 mil hectares. “Nesta região, temos uma unidade de conservação denominada Área de Interesse Turístico do Marumbi” - informou Eládio, detalhando a filosofia do empreendimento: “No local há restrições ao uso de propriedades, e uma câmara técnica, constituída por representantes de vários órgãos estaduais, realiza um trabalho preventivo em nível de propriedade rural, aplicando uma estratégia denominada Plano de Gerenciamento da Área de Interesse Turístico do Marumbi. As equipes percorrem toda a área e criam alternativas de uso das propriedades compatíveis com a preservação dos ecossistemas”.

Outro exemplo dos resultados da política adotada pelo governo do Paraná é a recente criação da Área de Proteção Ambiental - APA de Guaratuba, com 200 mil hectares, junto à divisa com Santa Catarina. “A APA é considerada o início de um processo de preservação; inicia-se com ela, vai-se desapropriando as áreas mais essenciais à preservação, até transformá-la em um parque”, explicou Eládio, informando haver uma idéia de pulverizar o estado do Paraná, especialmente a região litorânea, em parques. “No final, nós vamos somar tudo isso e formar um grande parque de floresta atlântica”.

No âmbito desse processo, o governo do estado criou, também, a APA de Guaqueçaba, com 191 mil hectares, que se insere na área de uma APA criada na mesma região pelo governo federal, com 300 mil hectares. Essa superposição, explicou Eládio, tem o objetivo de tornar o Paraná “sócio da União para a manutenção da biodiversidade existente no local”. Na seqüência do programa paranaense foram criados, ainda, o Parque Agudo de Cotia, o Parque da Serra Graciosa e a Estação Ecológica do Guaraguaçu, aos quais se somam outras unidades já existentes há mais tempo, como o Parque Estadual do Rio da Onça, o Parque das Lauráceas e as seguintes unidades federais: Estação Ecológica de Guaqueçaba e Parque do Superagüi.

Brevemente, adiantou Eládio, deverão ser criados, ainda, os parques da Canaveira, na parte Sul da Serra do Mar, com 20 mil hectares, e o da Serra Negra. Este último, o governo paranaense deseja implantar conjuntamente com São Paulo. “O Parque da Serra Negra é um velho sonho dos paulistas e paranaenses, que desejam dar solução a uma pendência de divisa existente entre os dois estados e que não tem razão alguma de ser”, ponderou, apostando numa solução fácil para a questão, pois os 30 mil hectares da área prestam-se exclusivamente aos objetivos de preservação.

FALTA DE SINCRONIA

Clóvis Ricardo Schrappe Borges, por sua vez, contou que a entidade que preside, a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem, embora não seja governamental, acabou sendo responsável pela execução do Plano Integrado de Conservação para a região de Guaraqueçaba, justamente na qual o governo paranaense implantou uma APA superposta à unidade federal, conforme revelara Eládio. “Nós tentamos, além de analisar criteriosamente os problemas de conservação, identificar as questões relacionadas à população local que, ao invés de representar um fator de degradação ambiental, como tem ocorrido, deveria ser direcionada a coibir a devastação”, acentuou Clóvis Ricardo. Esse trabalho, segundo ele, identificou um problema: “Existe um número muito grande de instituições e organismos atuando na área, inclusive o governo do Paraná, mas sem uma interação direta de todos os esforços. Os próprios órgãos de conservação do Paraná têm procurado um relacionamento mais estreito com o IBAMA, mas isso ainda é muito precário, até por falta de estrutura e de pessoal”.

Como consequência dessa falta de sincronismo, Clóvis Ricardo acentuou que toda a região da Mata Atlântica do Paraná, que deveria ser entendida como uma área especial, acaba sendo dividida em pequenos feudos, nos quais cada instituição tem o seu próprio discernimento. “Assim, há esforços efetivamente positivos, mas há outros que, embora bem intencionados, têm efeitos antagônicos”. Enquanto não houver uma integração, “vamos caminhando para trás”, afirmou.

AÇÕES DA SOS MATA ATLÂNTICA

Criada em 1986, por um grupo de ambientalistas representantes dos mais diversos setores da sociedade, a Fundação SOS Mata Atlântica desenvolveu um trabalho, em várias etapas, cujo parâmetro foi a identificação dos obstáculos à preservação e o estabelecimento de estratégias visando solucionar esses problemas. A primeira questão detectada, revelou o presidente da entidade, Roberto Klabin, foi o absoluto desconhecimento sobre a importância da Mata Atlântica e das ameaças à sua preservação. Isso gerava falta de vontade política e inexistência de mobilização social. A estratégia adotada pela Fundação para inverter esse quadro foi a realização, na mídia eletrônica e imprensa, de uma campanha de esclarecimento, sob o *slogan* “Estão Tirando o Verde de Nossa Terra”. Com isso, “nós sensibilizamos a opinião pública, abrimos espaço na imprensa, pressionamos os órgãos governamentais e iniciamos ações concretas de conservação”, lembrou.

A fase seguinte, em 1988, prestou-se à identificação de outro problema: a falta de dispositivos legais específicos para a proteção da Mata Atlântica. Neste caso, a estratégia da Fundação foi apoiar a aprovação do capítulo de Meio Ambiente da Constituição promulgada a 5 de outubro daquele ano. Como resultado dos novos dispositivos constitucionais, a Mata Atlântica foi reco-

nhecida como “patrimônio nacional”, suscitando leis estaduais e municipais e um decreto federal vedando os cortes e a exploração da floresta.

“Numa terceira fase, de 89 a 90” - prosseguiu Klabin -, “detectamos a inexistência de mapeamento dos remanescentes da Mata Atlântica”, o que dificultava o estabelecimento de prioridades de conservação. Em resposta ao problema, foi elaborado, em conjunto com o INPE e o IBAMA, o Atlas dos Remanescentes Florestais do Domínio Mata Atlântica, que propiciou avaliação científica da situação, subsidiando as ações da sociedade civil e instituições públicas. A etapa seguinte do trabalho da entidade, entre 1990 e 1991, partiu da inexistência de definições sobre a abrangência territorial da Mata Atlântica e da falta de prioridades para a conservação. “Num *workshop*, reunimos 40 pesquisadores, técnicos e ambientalistas e traçamos um plano de ação, cujo resultado foi o subsídio às entidades públicas e privadas para a priorização das ações de conservação”, revelou.

Atualmente, após detectar a necessidade de uma visão regionalizada da situação dos remanescentes do domínio da Mata Atlântica e dos fatores de degradação, a Fundação elabora, em conjunto com o INPE, o segundo Atlas, comparando duas épocas - 84/86 e 89/91. O trabalho abrange os estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás. Para a sua realização, houve patrocínio da iniciativa privada.

OBSCURIDADE DE RECURSOS

Os propalados recursos provenientes de fundos estrangeiros para atividades de conservação, não só para a Mata Atlântica, como também para outros santuários ecológicos brasileiros, suscitou o levantamento de uma questão na mesa-redonda. Tânia Munhoz observou que, “infelizmente, o que existe nesse aspecto é uma oferta muito discursiva por parte dos países do primeiro mundo”. Ela confessou não saber se está dando o fluxo dessas discutidas verbas às entidades não-governamentais, por exemplo. Às vezes, publica-se nos jornais que irão chegar recursos para a Amazônia. Entretanto, esse dinheiro não existe. “Outro complicador que vejo é o direcionamento desses fundos de forma centrada na Amazônia. É muito difícil a gente convencer o primeiro mundo que ela não é o ecossistema mais comprometido e devastado do Brasil. Assim, temos dificuldades para analisar as promessas de recursos também para a Mata Atlântica”, lamentou.

Roberto Klabin acrescentou que a pulverização dos recursos externos entre várias entidades resulta em verbas muito pequenas para cada uma delas. “Agora, com essa recessão toda no Exterior, eu não tenho visto muitas verbas virem para ações de conservação ambiental no Brasil. Acredito que esse fluxo vá diminuir ainda mais. Por isso, temos de procurar recursos aqui dentro mesmo”, concluiu.